

Haroldo Holanda JBR

Os militares e a Constituinte

ANC

A declaração dos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica contra a anistia aos militares, mas também invadindo em suas análises outras áreas específicas de decisão da Constituinte, como o parlamentarismo, a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas de trabalho, constituíram-se no principal tema de todas as conversas de ontem no Congresso. Houve reações de protesto e de censura aos ministros, como as dos deputados Brandão Monteiro, do PDT, e Luiz Inácio da Silva, o Lula, do PT feitas da tribuna da Constituinte. Outros, como o senador Humberto Lucena, presidente do Senado, tentaram minimizar o significado das manifestações daquelas autoridades, afirmando que não houve uma correta interpretação das suas palavras. Finalmente, havia os que como o deputado Plínio Martins, do PMDB de Mato Grosso do Sul, defendem o ponto de vista de que a Constituinte deve aceitar e responder à altura ao desafio que lhe foi dirigido.

O deputado paraense Aloisio Chaves, do PFL, dizia ontem numa conversa informal que o Brasil se assemelha no atual momento a um doente internado numa UTI, cujo pulso, respiração, pressão arterial e estado geral dos órgãos vitais, como pulmões e coração estão apresentando visíveis sinais de declínio. De acordo com sua apreciação, só restava um ingrediente, o de ordem militar, o qual veio juntar-se agora para completar o complicado quadro geral do paciente, em crise tanto no setor político como econômico, o que se traduz por um descontentamento social grande, refletido numa extensa gama de interesses insatisfeitos, que abarca desde empresários a trabalhadores.

A interferência dos militares no processo político brasileiro não é nova, tornando-se mais frequente, porém, durante a República. Ainda ontem, ao receber em seu gabinete uma personalidade que manifestou estranheza em face da sua declaração da véspera sobre a questão da estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas, o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, a justificou, irritado, sob a alegação de que as Forças Armadas são responsáveis pela segurança do país.

Não há, porém, como esconder a evidência de que se trata do primeiro e grave confronto político entre os militares e a Constituinte. No meio político já se conhecia há algum tempo as advertências feitas em caráter particular pelos ministros militares de que não aceitariam a anistia nos termos em que fora aprovada por uma das comissões temáticas da Constituinte. O que constituiu surpresa, porém, foi a manifestação do general Leônidas Pires Gonçalves, invadindo outras áreas, como as restrições que fez ao parlamentarismo e às decisões tomadas pela Constituinte no campo social.

Quanto ao parlamentarismo, há uma velha prevenção militar contra o sistema de governo em questão. O falecido presidente Tancredo Neves, quando era indagado pelos jornalistas sobre o parlamentarismo, respondia invariavelmente que os militares se opunham à sua implantação no país. Como em tantos episódios históricos do nosso passado, é provável que haja uma acomodação, com transigência de parte a parte, o que resultaria num acordo, que poderia ser semelhante ao de 55 ou de 61. Mas há também acontecimentos históricos poucos construtivos, como o de 64, em que no confronto entre o Congresso e as Forças Armadas tivemos o fechamento do plenário do Congresso.

No entanto, o estado de espírito dos políticos não é de pessimismo, mas de esperança em que todos os setores da vida nacional, inclusive os militares, possam negociar e chegar a um entendimento em torno do papel da Constituinte.

Mandato de Sarney

Anteontem à noite, na casa do deputado Ulysses Guimarães, estiveram reunidas as lideranças mais representativas das diversas correntes políticas que compõem o PMDB. Há a intenção por parte de Ulysses de fazer com que as várias correntes partidárias cheguem à convenção nacional, prevista para julho, em clima de consenso ou quando menos de entendimento. Se fosse pelo desejo de Ulysses, temas como o mandato de Sarney e o regime de governo seriam evitados. Mas a verdade é que especialmente o mandato de Sarney irá se transformar no principal motivo de divisões e debates na convenção. Mas tanto o senador Mário Covas, líder na Constituinte, como o deputado Carlos Santana, em suas distintas intervenções na noite de anteontem, insistiram na necessidade de preservar a unidade partidária.

Expulsão do PMDB

O irrequieto senador paranaense Leite Chaves preparou moção, a ser apresentada, determinando que os filiados do PMDB que não acatarem as decisões tomadas pela convenção nacional a reunir-se em julho, após exame de cada caso pela comissão de ética, sejam expulsos dos quadros partidários. O moderado senador Mauro Benevides, membro da executiva nacional do PMDB, entende ser correta a interpretação de Leite Chaves, tendo em vista o que dispõem os estatutos e o programa do partido. Mas há quem pense de forma contrária, como o senador Mário Covas e o deputado Carlos Santana. Covas parte do pressuposto de que as decisões da convenção têm efeito moral e político, mas cessam aí suas consequências.

Contra Cabral

Avolumou-se nas últimas horas a onda de insatisfação contra os critérios que o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, estaria adotando na elaboração do seu relatório final, a ser concluído hoje. Queixam-se os descontentes que Cabral teria incluído em seu parecer decisões vencidas nas comissões temáticas da Constituinte. Um grupo interpartidário, formado por parlamentares de centro e centro-direita, esteve reunido anteontem no Hotel Carlton. Fala-se em apresentar um substitutivo ao relatório de Bernardo Cabral. O deputado Inocêncio de Oliveira, líder em exercício do PFL, afirma que o seu partido não aceita o fato consumado com que o PMDB pretende transformar a Constituinte.